Afrorreferenciar a Educação:
negros currículos, negras didáticas, negros cotidianos

PATRICIA BARONI[*]
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

IRIS VERENA OLIVEIRA[**]
Universidade do Estado da Bahia, Conceição do Coité – BA, Brasil.

ALLAN CARVALHO RODRIGUES[***]
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil.

Nos últimos anos a educação brasileira tem sido convocada a rever suas narrativas, suas referências e suas formas de produção de conhecimento. Essa convocação nasce não apenas dos movimentos históricos de luta do povo negro por direitos, mas também da emergência de uma geração de pesquisadoras e pesquisadores negros/as que, ao adentrar os espaços universitários, tensionam as fronteiras do que se convencionou chamar de ciência. É nesse cenário que se inscreve o dossiê *Afrorreferenciar a Educação: negros currículos, negras didáticas, negros cotidianos*, composto neste primeiro volume por dez textos que atravessam, de forma crítica e propositiva, a urgência de pluralizar as matrizes epistêmicas que alimentam a pesquisa educacional no país.

O ponto de partida é nítido: embora a maioria das crianças e jovens da Educação Básica seja preta ou parda — como demonstram os dados do Censo Escolar de 2023 — a categoria raça ainda segue ocupando um lugar tímido na produção acadêmica em Educação. Há, portanto, um descompasso histórico entre quem está na escola e quem é efetivamente reconhecido/a como produtor/a de conhecimento sobre ela. Resultado disso é a persistência de currículos que silenciam a experiência negra, didáticas que desconsideram

[*] Doutora em Educação. Professora Adjunta na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Extensão Ecologias do Narrar. *E-mail*: <narrativasdocampo@gmail.com>.

[**] Doutora em Estudos Étnicos e Africanos. Professora Adjunta Na Universidade do Estado da Bahia, atuando no Colegiado de História e Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade, no campus XIV – Conceição do Coité. Líder do Grupo de Pesquisa Currículo, Escrevivências e Diferença. *E-mail*: <irisveren@gmail.com>.

[***] Doutor em Educação. Professor permanente do programa de pós-graduação em Educação na Universidade Estácio de Sá e professor programa de pós-graduação em Educação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. CAPES. *E-mail*: <allancr@id.uff.br>.

as marcas das desigualdades raciais e cotidianos escolares que, muitas vezes, reafirmam para estudantes negros e negras que o direito à educação não os/as inclui.

A travessia até este dossiê também é histórica. Se durante boa parte do século XX a presença negra nas universidades brasileiras foi barrada por práticas discriminatórias explícitas, é somente com as mobilizações dos movimentos negros, sobretudo a partir dos anos 1980, e com as lutas pela democratização do acesso e da permanência, que a intelectualidade negra passa a ocupar esse espaço, ainda que de maneira incipiente. Nos anos 1990, já era possível identificar essa presença, mas foi sobretudo nas duas últimas décadas, com as políticas afirmativas e as disputas por visibilidade epistêmica, que pesquisadores/as negros/as passaram a alterar o mapa da produção em Educação.

É justamente esse movimento que o dossiê deseja cartografar. Ao reunir produções que emergem dessa 'intelectualidade outra', reafirma-se o direito à produção e à circulação de conhecimento marcado pela experiência negra e alinhado às lutas antirracistas. Trata-se de enfrentar tanto as práticas de apagamento quanto as lógicas de branquitude que, como alerta Cida Bento (2002), sustentam privilégios e mecanismos de silenciamento dentro e fora da escola. Afrorreferenciar, nesse contexto, não é apenas um gesto de inclusão: é um reposicionamento político e epistemológico que reivindica a legitimidade dos saberes produzidos por sujeitos/as negros e negras como parte constitutiva da educação brasileira.

Assim, este dossiê se organiza como um convite e uma afirmação. Um convite a revisitar currículos, a questionar as bases das didáticas que orientam a formação docente, a acompanhar com sensibilidade epistêmica os movimentos dos cotidianos escolares, percebendo neles marcas, presenças, violências e potências que muitas vezes passam despercebidas sob lentes não-negrorreferenciadas. É uma afirmação de que há, no campo educacional, uma produção intelectual negra robusta, situada, politicamente implicada e profundamente comprometida com a superação do racismo que estrutura o sistema educacional brasileiro.

O primeiro artigo, intitulado *Currículo Afrocentrado: construção de novos repertórios culturais para a juventude negra*, de autoria de Débora Gomes Gonçalves, Leila Maria Salomão de Souza e Milene Mabel Santos Gusmão, nos chega como quem abre uma porta e convida a entrar. Ele nos leva até uma escola da Bahia, onde professoras, gestores/as e estudantes decidiram construir o que chamam de projetos pedagógicos afrocentrados. E o fazem não como teoria abstrata, mas como prática encarnada — vivida, sentida, celebrada. A Feira de Ciências e o Sarau Literafroindígena apresentados pelas autoras são experiências que movem corpo, afeto, ancestralidade e tecnologia. Elas devolvem à juventude negra aquilo que o currículo eurocentrado historicamente lhes negou: referências vivas, imagens positivas de si, pertencimento e horizonte. Aqui, Makota Valdina, William Kamkwamba, André Rebouças, Jaqueline Góes, Conceição Evaristo e tantas outras figuras negras não são lembradas como exceções: são compreendidas como parte

de um repertório ancestral e contemporâneo que sustenta a humanidade, a ciência, a arte e a tecnologia. As autoras mostram que um currículo afrocentrado não nasce apenas de uma mudança documental, mas de um pacto pedagógico — um pacto de cuidado e de ruptura. O que se vê nas linhas do texto é a delicada, potente e revolucionária operação de afirmar: a juventude negra merece se ver no mundo com dignidade.

Em seguida, o artigo *Literatura de temática afro-brasileira: fonte histórica para a efetivação da lei 10.639/2003*, escrito por Karen Cristina Araújo Vasconcelos e Flávia Rodrigues Lima da Rocha, atravessa tempo, memória e luta. Ele toma a literatura de mulheres negras — Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo — como fonte histórica, como documento vivo, como registro de humanidade e resistência. As autoras nos lembram que a História ensinada nas escolas ainda é, muitas vezes, escrita com tinta branca; e que romper esse traço exige outras lentes. É a partir dessas lentes que Maria Firmina, Carolina e Conceição aparecem como cronistas do Brasil profundo, revelando as dores da escravidão, as ausências do pós-abolição, as feridas abertas do racismo estrutural. Mas o artigo não para na denúncia. Ele oferece caminhos concretos para que docentes de História utilizem essas obras no cotidiano escolar, articulando-as ao currículo do estado do Acre e às determinações da Lei 10.639/2003. É uma escrita que acolhe, que ensina e que oferece uma pedagogia da aproximação: aproximar a História da Literatura, aproximar o passado do presente, aproximar os/as estudantes de histórias que lhes pertencem.

Na sequência, o artigo *Educação das Relações Étnico-Raciais: entre normas e práticas no estado do Paraná*, de Aline Cristina Bandeira de Oliveira, Marleide Rodrigues da Silva Perrude e Eliane Cleide da Silva Czernisz, nos conduz por um percurso de luta, resistência e persistência nesse território. As autoras desvelam as contradições entre as políticas públicas e a prática cotidiana da Educação das Relações Étnico-Raciais, destacando o papel das Equipes Multidisciplinares e os desafios que persistem na efetivação da Lei 10.639/2003. Com sensibilidade e rigor, a pesquisa reafirma que o enfrentamento ao racismo estrutural exige não apenas leis, mas condições reais — materiais, políticas e afetivas — para que professores/as e alunos/as possam sentir-se valorizados/as e reconhecidos/as. Trata-se de um convite à esperança e ao compromisso coletivo com uma educação verdadeiramente antirracista.

No artigo intitulado *Entre lagartos, acácias e baobás: agenciamentos entre identidade racial e natureza em As panquecas de Mama Panya*, de Maria Cláudia Bezerra Trindade, Evanilson Gurgel de Carvalho Filho e Ana Maria Pereira Alves, a literatura infantil negra se torna travessia, ponte e chão fértil. A partir da história *As Panquecas de Mama Panya*, as autoras e o autor entrelaçam raça, natureza e educação ambiental em uma leitura poética e política do mundo. A narrativa literária é compreendida como espaço de saberes e afetos, onde identidade, ancestralidade e cuidado se encontram. O artigo revela a força da literatura negra para formar infâncias conscientes, solidárias e plurais: uma pedagogia do encantamento e da partilha, que enraíza o currículo antirracista nas experiências de vida das crianças.

Rafaella Capistrano, Marcelo Oliveira e Celio José dos Santos, autora e autores do artigo *Coletivo Daomé: escrevivências de estudantes negras de Serrinha-BA na construção de uma educação antirracista*, nos apresentam uma escrita que pulsa vida. Inspirado nas *escrevivências*, o texto tece as vozes e trajetórias de mulheres negras que, em Serrinha-BA, criaram o Coletivo Daomé — um espaço de resistência, acolhimento e reexistência. Suas narrativas, entrelaçadas à docência e à luta cotidiana, mostram que a escola pode ser também um quilombo, um território de afeto e empoderamento. Ao partilhar as histórias de Luíza e Gilmara, o texto nos lembra que educar é também aquilombar-se: reconhecer-se na história do/da outro/a e transformar o espaço escolar em chão fértil para a liberdade.

No artigo intitulado *Iroko: narrativas orais como proposta pedagógica para o enfrentamento da intolerância religiosa*, de autoria de Silvia Sueli Santos da Silva e Rúbia Keyla Vulcão da Silva, a árvore ancestral e símbolo do tempo *Iroko* é apresentada em uma escrita potente e sensível. As autoras transformam a dor da intolerância religiosa em aprendizado e proposta pedagógica. A partir das narrativas orais dos *Itans* africanos, elas constroem uma sequência didática que valoriza o saber ancestral e reafirma a oralidade como fonte de conhecimento e resistência. O texto nos faz lembrar que ouvir histórias é também curar feridas, fortalecer identidades e reconhecer nas raízes africanas a reflexão acerca da tecitura de currículos para o respeito e a diversidade.

Em seguida, o texto *Novos documentos curriculares: uma introdução às teorias negras de currículos*, de Allan Carvalho Rodrigues, se apresenta como uma travessia teórica e política que convida o/a leitor/a a olhar o currículo por outro espelho — aquele que reflete corpos, vozes e saberes negros em sua inteireza e potência criadora. Allan Rodrigues nos apresenta o conceito de *currículo afrotópico*, um horizonte que ultrapassa o mero discurso da diferença e propõe um novo pacto epistemológico, fundado nas cosmopercepções negras e na afrocentralidade. Com sensibilidade e rigor, o autor tensiona as molduras eurocêntricas que ainda aprisionam o campo curricular, propondo a desobediência epistêmica como gesto de libertação. Inspirado em Felwine Sarr, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, bell hooks e Frantz Fanon, ele reimagina o currículo como território de reexistência — lugar em que a memória ancestral se faz presente e as práticas cotidianas se afirmam como saber legítimo. Em sua escrita, teoria e afeto se entrelaçam: o currículo deixa de ser um documento fixo e se torna um documento de possibilidades, aberto às vozes silenciadas, às tradições que resistem e às encruzilhadas onde a vida negra se reinventa. Esse artigo nos convida a ver o currículo não como espelho do mesmo, mas como tambor — instrumento de chamada, escuta e criação coletiva.

O artigo *Confecção de máscaras africanas com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental:um relato de experiência*, de autoria de Orleans Alves Parente e Nágila Rabelo de Lima, é um sopro de vida, daqueles que chegam pela arte. Com sensibilidade e rigor metodológico, o texto registra uma experiência que começa com o olhar das crianças (um olhar ainda atravessado por medos, estranhamentos e estereótipos) e termina com

transformações afetivas e estéticas profundas. A confecção de máscaras africanas, aliada à contação de histórias, à investigação cultural e à escuta cuidadosa, mostra como a arte pode desarmar preconceitos, desfazer medos plantados e abrir espaço para novas percepções sobre África e sua diversidade. É um texto que mostra que a educação antirracista também se faz com cola, papel, cor, alegria e espanto.

Em seguida, o artigo intitulado *Práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais nos anos iniciais: um olhar a partir do projeto Quem Sou Eu? e do poema Meu Zumbi é Orixá*, de Eduardo Almeida, se constitui como um canto de resistência, de afirmação e de coragem. O autor, professor negro, LGBTQIAPN+ e candomblecista, narra duas práticas que, juntas, constroem uma pedagogia de libertação: o poema *Meu Zumbi é Orixá*, que devolve dignidade às religiões de matriz africana e resgata a beleza dos símbolos negros; e o projeto *Quem Sou Eu?*, que reconecta as crianças a suas histórias, territórios e ancestralidades indígenas e afro-brasileiras. É um texto escrito com firmeza e afeto, que reafirma: educar é também deslocar o currículo, romper pactos de silenciamento e afirmar vidas que insistem em florescer.

Por fim, o artigo *A sala de aula como espaço de pregação e racismo: análise da intervenção de agentes religiosos/as em uma escola pública*, de autoria de Carolina da Silva Santos, Gabriel Siqueira Corrêa e José Antonio Miranda Sepúlveda, nos apresenta um necessário alerta: partindo de uma narrativa, a autora e os autores analisam como agentes religiosas, autorizadas pela gestão escolar, utilizaram o espaço da sala de aula para disseminar discursos racistas travestidos de mensagem religiosa, reforçando a associação do 'preto' ao pecado e do 'branco' à pureza. O texto é contundente ao denunciar a violação da laicidade, o racismo religioso, a permanência do branqueamento simbólico e o silenciamento institucional. Ao fazê-lo, reafirma a urgência de práticas escolares que protejam a dignidade das crianças negras e que defendam a escola como espaço de pluralidade e direitos humanos.

Há publicações que nascem da necessidade; outras, da urgência. E há aquelas que nascem do reencontro — reencontro com a ancestralidade, com a política, com a vida que pulsa nos cotidianos escolares, mesmo quando a sociedade insiste em não vê-las. Este dossiê nasce desse reencontro: um gesto editorial que busca oferecer abrigo, visibilidade e circulação às produções que emergem da intelectualidade negra na Educação brasileira. Um gesto de reparação e sobretudo de afirmação. Com a permissão do sentir e do conectar, acolhemos aqui pesquisas que insistem em e questionar os modelos hegemônicos, mesmo quando sistematicamente invisibilizadas. Ao publicizar estes *Retratos Negros da Escola*, a Revista *Retratos da Escola* amplia seus horizontes e contribui para reposicionar a lente que orienta a produção de conhecimento no campo educacional.

Que este dossiê faça ecoar vozes, deslocar certezas e abrir caminhos para uma educação efetivamente comprometida com a equidade racial, reconhecendo que a luta antirracista é, antes de tudo, uma luta epistemológica. Desejamos que a leitura destes textos seja uma experiência de encontro, reconhecimento e afirmação — e, sobretudo, que inspire outras pesquisas, outras presenças e outras formas de construir o comum na educação brasileira.